

# Três nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia, nas páginas da «Nação Portuguesa», 1914-26)

## NÓTULA A

### A NAÇÃO PORTUGUESA NA ENCRUZILHADA DE DUAS GERAÇÕES INTEGRALISTAS

Folheando as páginas da *Nação Portuguesa* (que abrangem os anos de 1914 a 1938, com lapsos de tempo variáveis), *corpus* teórico fundamental do integralismo lusitano, permitimo-nos assinalar as inquietações, os formulários, as coordenadas de homens que, apesar dos percursos ideológico-políticos, multimodos e diversos, leram originariamente nas mesmas fontes, foram impressionados por idênticos dogmas, focalizaram os mesmos inimigos táticos.

Movimento nacionalista (tradicionalista por opção «estético-filosófica» — era assim que os seus arautos se lhe referiam), o integralismo soube afirmar-se mais pela recusa de modelos, ideias políticas ou credos do que por uma autêntica criação projectiva. Reencontrados na superstição duma Idade Média florescente e ideal, imaginada como um sistema de poderes em equilíbrio — Rei, Cortes, Municípios, Corporações —, descentralizador e orgânico, ou seduzidos (aderindo com algum fervor e sentido de oportunidade) pelo fascismo, que, por terras de Itália, carismava um poder fortemente pessoalizado e autoritário, os grupos integralistas glosavam temas com uma insistência algo precária: «Ordem», «Resgate», «Monarquia Orgânica».

E a linguagem? Como se caracterizava ela em termos genéricos? Filtrada por um academismo trágico-grandiloquente, afirmativa e positiv(a)ista, a linguagem transgride o racional para atingir, inocentemente, uma formulação profética, enformando um tipo de mentalidade que designarei como *Verdade Revelada*: o Assombro, o Milagre, o Atípico, mesmo que inviáveis à luz duma história crítica e relacional, transmudam-se em *factos* reais e coerentes, *lógicos*. É o exemplo desta inversão lógica a mitificação em torno do Milagre de Ourique e das grandes figuras históricas: Viriato, Nun'Álvares, etc.

\* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Um formulário cientista, de duvidosa consistência e credibilidade conceituais, procura legitimar estas considerações: desenrola-se, deste modo, uma estranha simbiose entre Fé e Ciência, Religião e Antropologia, Bíblia e catecismo positivista.

Ora a realidade histórica torna-se, nesta ordem de ideias, um amontoado de designios, de forças ocultas, rebeldes ou pacíficas, maléficas ou benéficas, que procuram disseminar a desordem (ou a ordem) junto do ritmo sereno e sisifiano das comunidades humanas. Na sua tentativa de tudo abarcar e tudo inteligir, o integralismo vocaciona-se num sistema total de apreensão do mundo: no culto da certeza, negando a dúvida, o fortuito, o acaso, e uma doutrina de Fé para Fiéis. Ao recusar a possibilidade da interrogação, do pôr em causa valores e tabus considerados intocáveis, é um sistema dominador-castrador: castrador também, ao exorcizar o Pecado e o Desejo (esses vastos universos onde tudo é perturbação e incógnita) com a prédica e a constante invocação de Deus.

**Idades correlativas dos principais teóricos da Action Française e dos principais representantes das duas gerações integralistas**

Nomes	Datas de nascimento e morte	Idades em 1914	Idades em 1922	Média etária
Georges Sorel .....	1847-1922	67	73	Geração da Action Française — média etária em 1914; 48 anos.
Henri Vaugeois .....	1864-1916	51	—	
Léon Daudet .....	1867-1942	47	53	
Charles Maurras .....	1868-1952	46	52	
Maurice Pujo .....	1872-1955	42	48	
Jacques Bainville .....	1879-1936	35	41	
Alfredo Pimenta .....	1882-1950	32	40	1.ª geração integralista — média etária em 1914: 25,5 anos; média etária em 1922: 33,5 anos.
José Hipólito Raposo .....	1885-1953	29	37	
António Sardinha .....	1888-1925	26	34	
Alberto de Monsaraz .....	1889-1959	25	33	
Luís de Almeida Braga .....	1890-1970	24	32	
José Adriano Pequito Rebelo .....	1892-	22	30	
Rolão Preto .....	1893-1977	21	29	
Afonso Lucas .....	1893-1946	— (21)	29	2.ª geração integralista — média etária em 1922: 21,4 anos.
Manuel Múrias .....	1900- 60	— (14)	22	
Pedro Teotónio Pereira .....	1902- 72	— (12)	20	
António Rodrigues Cavaleiro .....	1902-	— (12)	20	
Marcelo Caetano .....	1906- 80	— (8)	16	

Numa viagem, mesmo que necessariamente breve, ao íntimo dessas questões que se perdem nos meandros da *Nação Portuguesa*, terei de me deter, com alguma atenção, nos protagonistas da odisseia. Desde logo, poderei adiantar: duas gerações se desenham, se perfilam ao longo da existência, duradoira e espaçada, da revista. Duas gerações que correspondem, como o nome o indica, a grupos etários diferentes — separados sensivelmente por 10 anos (ver quadro etário)—, compondo teias de projectos pessoais que perante o salazarismo reagiram de diverso modo.

A 1.ª série (publicada de 1914 a 1916) anuncia o primeiro grupo, a autêntica e originária geração integralista, da qual constam os nomes mais representativos e

sonantes: António Sardinha<sup>1</sup>, Hipólito Raposo<sup>2</sup>, Luís de Almeida Braga<sup>3</sup>, Pequito Rebelo<sup>4</sup>, Rolão Preto<sup>5</sup>, Alberto de Monsaraz<sup>6</sup>, Alfredo Pimenta<sup>7</sup>.

A 2.ª série (publicada de 1922 a 1924), para além do corpo de colaboradores que já congregara na 1.ª (com excepção de Alfredo Pimenta, que em 1924 formaria a Acção Realista Portuguesa), renova-se ao incluir homens com a projecção intelectual de um Afonso Lopes Vieira, de um Vieira de Almeida, de um Castelo Branco Chaves, de um Avelino Soares. Também os mais novos trilhavam caminhos: futuros defensores de Salazar e do seu regime (ao contrário da postura insubmissa e altaneira dos integralistas da chamada 1.ª geração), eram então estudantes nas Faculdades de Direito ou recém-licenciados. Marcelo Caetano, Pedro Teotónio Pereira, Afonso Lucas<sup>8</sup>, Manuel Múrias<sup>9</sup> (o director da 3.ª série da *Nação Portuguesa, post mortem* Sardinha) contavam-se entre os benjamins do pensamento conservador.

Rolão Preto, até pelo tumultuoso da sua trajectória pessoal — curiosamente, o mais novo da 1.ª geração (ver quadro etário) —, estabelece uma ponte entre o genuíno integralismo lusista e os novos ideais fascistas e primo-riveristas.

---

<sup>1</sup> António Sardinha (1888-1925), o mais celebrizado dos integralistas lusos. Na *Nação Portuguesa*, a sua colaboração é intensa e marcante: parte dos editoriais são da sua autoria, bem como os principais textos de doutrinação política. Dilucidei três grandes temas que mais o obsessam na colaboração prestada à *Nação Portuguesa*: a) o hispanismo, b) o municipalismo e c) os teóricos da contra-revolução (recuperação de Herculano, Garrett, Teófilo Braga, etc.). A) Breve súpula dos títulos sobre o hispanismo: «O génio peninsular», in *Nação Portuguesa*, n.º 4, Outubro de 1922; «Hispanismo e espanolismo», in *Nação Portuguesa*, n.º 5, Outubro de 1922; «1640», in *Nação Portuguesa*, n.º 6, Dezembro de 1922; «A lição do Brasil», in *Nação Portuguesa*, n.º 11 de 1923; «Madre Hispânia», in *Nação Portuguesa*, n.º 2 (3.ª série) de 1925; B) Títulos publicados subordinados ao tema *municipalismo*: «A teoria da nobreza», in *Nação Portuguesa*, n.º 12 de 1916; «Teoria do município», in *Nação Portuguesa*, n.ºs 7 e 8 de 1923; C) Títulos dos artigos sobre teóricos da contra-revolução: «Teófilo mestre da contra-revolução», in *Nação Portuguesa*, n.ºs 1 e 2 de 1914; «O testamento de Garrett», in *Nação Portuguesa*, n.ºs 10 e 11 de 1915-16; «Significado do Amadis», in *Nação Portuguesa*, n.ºs 9 e 10 de 1923.

<sup>2</sup> Hipólito Raposo (1885-1953). Títulos principais publicados na *Nação Portuguesa*: «A voz do profeta», Maio de 1914, n.º 2; «Humanismo e nacionalidade», Dezembro de 1914, n.º 6; «Conceito nacional de soberania», Outubro de 1915, n.º 9; «Pensamento político de Eça de Queirós», Novembro de 1916, n.º 12; «Vivunt mortui tui — Excerto da *Seara Nova*», Dezembro de 1922, n.º 6.

<sup>3</sup> Luís de Almeida Braga (1890-1970). Levantamento dos principais artigos publicados na *Nação Portuguesa*: «Sindicalismo e república», Novembro de 1914, n.º 5; «A lição d'Oliveira», Novembro de 1914, n.º 5; «Do espírito da democracia», Outubro de 1915, n.º 9; «Tradição e nacionalidade», Dezembro de 1915, n.º 10; «Na renascença do tradicionalismo na arte e na política», Novembro de 1916, n.º 12; «Das belas letras brasileiras», 1923, n.º 11.

<sup>4</sup> José A. Pequito Rebelo. Principais artigos publicados na *Nação Portuguesa*: «Pela dedução à Monarquia», Abril e Maio de 1914, n.ºs 1 e 2; «Monarquia integral e república democrática», Dezembro de 1914, n.º 6, e Janeiro de 1915, n.º 7; «O depoimento antiparlamentar dos nossos economistas», Novembro de 1916, n.º 12; «Teoria do imposto», Julho de 1922, n.º 1; «O valor da terra», Setembro de 1914, n.º 3; «Uma doutrina de economia agrária», Novembro de 1922, n.º 5, e Janeiro de 1923, n.º 7.

<sup>5</sup> Rolão Preto (1893-1977). Principais artigos publicados na *Nação Portuguesa*: «Crónica social», Julho de 1922; Outubro de 1922, n.º 4; Dezembro de 1922, n.º 6.

<sup>6</sup> Alberto de Monsaraz (1889-1959). Títulos dos artigos publicados na revista *Nação Portuguesa*: «O nosso rei», Junho de 1914, n.º 3; «Ramalho Ortigão», Outubro de 1915, n.º 9; «Caminho andado», Novembro de 1916, n.º 12.

<sup>7</sup> Alfredo Pimenta (1882-1950). Artigos publicados na *Nação Portuguesa*: «Parlamentarismo», Junho de 1914, n.º 3; «O problema religioso», Julho de 1914, n.º 4; «Luta de imperialismos», Novembro de 1914, n.º 5.

<sup>8</sup> Afonso Lucas (1893-1946). Colaboração prestada na *Nação Portuguesa*: «Crónica política, A Nova Babel», Julho de 1922, n.º 1; «Crónica política, Os Vendilhões no Templo», Outubro de 1922, n.º 4; «Na varanda de Pilatos», Janeiro de 1923, n.º 7.

<sup>9</sup> Manuel Múrias (1900-60). Artigos publicados na *Nação Portuguesa*: «A língua dos escritores portugueses», Julho de 1922, n.º 1; «A língua portuguesa no Brasil», 1923, n.º 11.

Alguns aspectos reputo essenciais para se questionar uma revista como a *Nação Portuguesa*:

- 1.º Que *consciência possível* revela cada um dos grupos etários até agora referidos e que pertinência existe em se lhes distinguirem dois núcleos de gerações (e não um único)?
- 2.º Que fontes teóricas povoaram e preencheram parte da sua doutrinação?
- 3.º Constituirá o integralismo lusitano uma concepção do mundo autónoma e coerente, uma ideologia, um ideário?

A uma primeira análise, o integralismo lusitano representa um único esforço doutrinário: isto é, enforma uma unidade semântica e ideológica desde os primeiros escritos até aos póstumos de Sardenha. Mas detenhamo-nos com algum rigor nas afirmações, nas preocupações do movimento em 1914, em 1922, ou mesmo após 1926. Manuel Múrias imprime à *Nação Portuguesa* uma orientação (de 1925 a 1938) que paulatinamente se distancia do integralismo, para se ambientar, na obediência e passividade requeridas, à mentalidade de um regime, à subserviência a um líder (Salazar).

Que *consciência possível*, a de Sardenha e do grupo que em torno de si se congregava? Convenhamos nas origens republicanas do autor de *Ao Princípio Era o Verbo*. O municipalismo da *Nação Portuguesa*, — o de António Sardenha — pouco ou nada se mostra tributário do tradicionalismo político dos séculos XVII e XVIII. São as leituras de Herculano e Garrett que sugerem uma teoria do município tal qual a encontramos formulada na *Nação Portuguesa*. A noção de «Rei do Trabalho» requisita a Sardenha da obra de Valois, por exemplo.

A *Action Française* molda um exemplo, uma postura, um precedente, seguidos, nas suas linhas gerais, pelo integralismo lusitano até 1916. Provam-no as afirmações de Sardenha quando o movimento ainda se encontrava em esboço:

Reabilite-se e, com a vulgarização do doutrinário da *Action Française*, completamente desconhecida entre nós, organize-se uma teoria contra-revolucionária que ensine a esta gente que a Democracia é uma forma social inferior, implica a negação de todo o conceito selectivo, que só a Realeza pode solucionar as insofismáveis e instantes questões da hora presente <sup>10</sup>.

Estava-se em 1913. E em 1916, Mariotte <sup>11</sup>, que viria a tornar-se um acérrimo inimigo do grupo de Sardenha, nele denunciava a deturpação dos ideais propugnados pela *Action Française*. É que o integralismo lusitano, se num horizonte circunscrito admite e tende para o maurrasianismo, num horizonte mais vasto

---

<sup>10</sup> Luís de Almeida Braga, *Sob o Pendão Real*, Lisboa, Edições Gama, 1943, pp. 428-429 (carta dirigida a Luís de Almeida Braga de 14 de Novembro de 1913).

<sup>11</sup> Mariotte, pseudónimo do P.º Amadeu de Vasconcelos (1879-1952), fervoroso maurrasiano que divulgou as teorias da *Action Française* através de *Os Meus Cadernos*, publicação periódica iniciada em Paris em Agosto de 1913. Estrénuo inimigo do integralismo lusitano e de António Sardenha, Mariotte deu à estampa um livro de ataque à polémica obra daquele arauto integralista *O Valor da Raça*; com efeito, em *O Nacionalismo Rácico no Integralismo Lusitano* (1917, Aillaud e Bertrand) diz, nomeadamente:

Pobre Sardenha! Como é pobre, raquítica, charlatanesca e vesga a sua erudição nos assuntos em que nos fala de cadeira! Vesga? Pois se lhe falta o espírito científico, sem o qual a própria erudição rica de factos cai em ousios incriteriosos. [*Op. cit.*, p. 41.]

*Nacionalismo rácico*: esta é uma expressão interessante para designar o integralismo lusitano. Extraíndo a fundura pejorativa que explicitamente Mariotte lhe atribui, é uma expressão que solidariza, num lance único, dois indissociáveis conceitos que pairam obsessivamente no ideário integralista: *Nacionalismo e Raça* (Nação/Raça eleita).

aposta num *nacionalismo*; como tal, valoriza um determinado património doutrinário, originaliza-se e recria-se.

Se quisermos dilucidar as traças filosóficas do autor de *O Valor da Raça*, encontraremos uma certa margem para o tradicionalismo — que em Luís Mendes de Vasconcelos e José da Madre de Deus atingem os seus máximos representantes teóricos. Mas é ainda com base na obra do controverso Teófilo Braga, propagador incondicional do positivismo de Auguste Comte, que Sardenha elabora parte das discutíveis teses sobre a Raça (ver «O território e a Raça», in *A Questão Ibérica*, 1915; «Teófilo, mestre da contra-revolução», in *Nação Portuguesa*, n.ºs 1 e 2, 1.ª série, 1914, etc.).

Nesta latitude de autores e fontes — de Herculano, Garrett, Teófilo, Basílio Teles ao legitimismo francês, Donald, De Maistre, e ainda os contemporâneos Maurras, Valois, Le Bon, Sorel — se compõe a formação de Sardenha. Não esqueçamos também a tradição do tomismo e dos pensadores religiosos portugueses.

Rolão Preto é o trãnsfuga deste grupo de homens com os olhos teimosamente fundidos na medievalidade, na legitimidade. Em 1922 inicia na *Nação Portuguesa* a apologia do fascismo. Não do fascismo ideação de Estado ou de forma de governo (talvez o desconhecesse, pelo menos em 1922...), mas do fascismo-acção — por exemplo, dos grupos armados que incendiavam as sedes do Partido Comunista. Em Rolão Preto já se denunciavam os ímpetus voluntários que o transportariam à liderança do nacional-sindicalismo nos anos 30. Nem Herculano nem Garrett seduziam o jovem publicista. É em Sorel que directamente se inspira.

E os mais novos, a chamada 2.ª geração? Volto a recordar alguns desses nomes: Manuel Múrias, Marcelo Caetano, Rodrigues Cavalheiro, Teotónio Pereira. Não se pronunciando politicamente, esmeram-se na descrição de lendas e ritos, no ensaísmo histórico ou filosófico. Já refeitos da explicação positivista, menos preocupados com a Raça, são permeáveis à tradição católica e ao apostolado ocidentalista cristão.

Um traço comum reúne estas gerações: o combate às instituições republicanas pela revivescência do messianismo e do localismo. Ainda em 1913, quando a *Nação Portuguesa* continuava a ser um projecto acalentado por Sardenha, já este se sentia ameaçado pelo Saudosismo de Pascoais e da Renascença Portuguesa, cujo instinto messiânico poderia despertar, nos potenciais leitores da revista, uma adesão e uma receptividade rivais.

Mas à *Nação Portuguesa* ninguém retiraria os seus sólidos e fidelíssimos «vinte leitores», como desprevenidamente Sardenha um dia confessava: «Entre os meus vinte leitores, [...]»<sup>12</sup>

Penetremos na última das questões que me coloquei um pouco atrás: integralismo lusitano, uma concepção do mundo autónoma, uma ideologia, um ideário? O integralismo não constituiu uma *ideologia historicamente orgânica* (coloco-me no ponto de vista gramsciano da distinção entre *ideologia arbitrária* e *ideologia orgânica*. As *ideologias orgânicas* «organizam as massas humanas, formam o terreno em que os homens se movem, [...]»<sup>13</sup>). Uma concepção do mundo autónoma? Arrisco a negativa. Subsistindo de colagens, identificações ou repúdios, é um *miguelismo* melhor temperado teoricamente do que o autên-

---

<sup>12</sup> António Sardenha, *Ao Ritmo da Ampulheta/Crítica & Doutrina*, Lymen, 1925, p. 9. A citação completa é a seguinte:

Comovidamente o confesso aqui, ao recordar-me de António Tomás Pires, morto num acender calcinado de Agosto — faz agora exactamente cinco anos. Entre os meus vinte leitores, talvez que nem seis lhe saibam o nome de cor.

<sup>13</sup> António Gramsci, *Obras Escolhidas*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1924, p. 103.

tico o fora. Aí se erigia o exemplo, forte e dinâmico, duma *Action Française* cuja doutrinação aponta aos integralistas portugueses argumentos e ensejos que o miguelismo, na sua essencialidade, não podia forjar. Com referências culturais específicas, constitui um ideário cuja vontade de explicação global do mundo representa um *esforço de reordenamento* do social e do político. Não possuindo os traços que lhe permitam enfaixar-se na categoria das *ideologias arbitrarias* (ainda retomando Gramsci), devido à sua tradicionalidade contra-revolucionária, perspectivada numa onda estrutural e secular de(a) contra-revolução, também não se pode considerar, por razões óbvias, uma *ideologia orgânica*. Não há no integralismo uma tentativa válida e eficaz de transpor a teoria para uma prática. É um movimento de *élite* para *élites*, sem movimentação de massas.

É, como tal, na intermediação entre as categorias de ideologia *arbitraria* e *orgânica* que coloco o integralismo lusitano.

#### NÓTULA B

### IMAGINÁRIO, MITOS E DEMÓNIOS: UMA BREVE INCURSÃO

Se quisesse caracterizar, ainda que numa análise breve, o imaginário que o integralismo preenche aos nossos olhos de leitores após setenta, sessenta anos, teria de referir a *perpetuidade* e o *messianismo*: há uma vocação para a metáfora — que em si mesma pretende ser recriada e transmitida em termos do real absoluto —, há uma irresistível atribuição de vida às sombras e mitos do passado, há uma vontade de perpetuar uma ordenação terrena, misteriosamente subsumida entre um passado longínquo e um futuro evasivo, as quais lhe conferem (a este imaginário) o sentimento de uma desmemorização, de um tempo isolado, cristalizado, de um sonho sem antes nem depois.

Não se poderá falar em *plenitude*, *êxtase*, *metamorfose*, como, por exemplo, leituras das obras de Pascoais nos sugerem. Não. Há antes um sistema inibidor a coarctar a evasão e a plenitude. Desencadeia-se todo um conjunto de reacções censórias perante a explosão da vida. A Ordem Nova, *slogan* que obsessiona os arautos integralistas, é uma tentativa de arrumação (incorporação, digo mais correctamente) dos indivíduos em células (familiares, profissionais, confessionais), que lhes retira automaticamente uma existência individual, que lhes veicula autoritariamente a mensagem e o rito de um colectivo, sem margem para a dúvida, a solidão, a revolta.

«Redenção», «Resgate», «Paz Perpétua» são palavras-chave que, insistentes e desmedidas, ecoam por onde quer que nos debrucemos, para qualquer lado que nos voltemos.

A vida humana é um factor sem valor algum; o que conta é a vida da Nação <sup>14</sup>.

Neste entrecho penetramos num vasto e infundável repositório de verdades feitas submersas em maniqueísmo. E o mito da «heróica virgem», «Santa Joana d'Arc» <sup>15</sup>, renasce, prestigiado, restituído ao estatuto mítico do braço divino que pela guerra redime os homens: «A guerra é uma redenção.» <sup>16</sup>

<sup>14</sup> Luís de Almeida Braga, «Tradição e nacionalidade», in *Nação Portuguesa*, n.º 10, Dezembro de 1915, p. 316.

<sup>15</sup> Id., *ibid.*

<sup>16</sup> Id., *ibid.*

Enaltece-se a grandeza da Pátria. O abstracto é de tal modo lato e impreciso que se coaduna, afirmativo e peremptório, com qualquer assunto ou tema abordados. O artificial transmuda-se, pela convicção com que se assinala, em essencial.

Outro dos mitos recuperados pelo imaginário integralista: a Ciência. Teotónio Pereira justificava, perante o público leitor da *Nação Portuguesa*, o perigo com que se lhe deparava o ocultismo e a superstição pelo seu cunho herético. Sem cessar referia, tendo em vista os fenómenos de superstição, o «desvairamento», a «mentalidade primária». Mas, mais à frente, Teotónio Pereira pronuncia um discurso católico-místico que revela, no mínimo, um não destrinchamento entre as funções da ciência e da fé:

A Cruz sobe hoje cada vez mais alta! O seu brilho sobre-humano é sempre maior e mais puro. A ciência, [...] segue no seu caminho, bem determinado — administradora excelente dum capital que a Providência lhe confiou e cujas origens ela inteligentemente sabe não ser sua missão profundar <sup>17</sup>.

É a Providência divina quem atribui uma missão à ciência; há uma fatalidade que surpreende o homem numa teia para além da qual tudo são incógnitas indecifráveis, insolúveis.

Todo o ideário do integralismo assenta no princípio duma outorga: outorga de uma entidade a uma outra entidade. Sardinha, por exemplo, referia a restituição de Portugal à «integridade da sua consciência histórica»; enquanto no número que estreava a 2.ª série se acentuava a «tentativa de resgate» operada pelo integralismo em relação à Nação, a «nova cruzada» era, como o nome o explicita, uma tarefa de expurgação, não já dos Mouros remontando aos tempos da fundação pátria, mas dos Judeus, dos capitalistas, do liberalismo, do bolchevismo internos. Deuses e Demónios preparavam-se para uma guerra sem tréguas.

Vocação apostólica: porque é dum apostolado que se trata. Aliás, o discurso ideológico processa-se num jogo de identificações sucessivas. É um discurso onde se não admite o dissemelhante, o erro ou o diferente. A propensão para o dramático, para a hecatombe, dilui-se numa radicalidade ingénua que não permite (não absorve) a diferença.

Sugeri, no início da exposição, o conceito de *Verdade Revelada* para caracterizar um determinado tipo de mentalidade messiânica a que o integralismo é sensível: a este trajecto mental não são estranhos o assombro, o fantástico, o absurdo. Só que se não abordam como tal. Esboroam-se, *naturalmente*, numa rede de palavras pseudocientíficas, mas que nos fazem recordar preferencialmente o universo bíblico. Entre o irracional e o illogicismo se constrói a teoria, se divulga a tese, se posiciona o corolário.

Os Demónios têm nomes muito precisos. Chamam-se Karl Marx, Lenine, bolchevismo. Em 1914, contudo, eram conhecidos tão-só como parlamentarismo, liberalismo, Revolução Francesa.

Dissolução, morte, despenhamento, tragédia: eis o espectáculo diário que os Demónios provocavam no mundo.

Em suma, uma linguagem redutora e drástica que povoa um ideário pouco eclético e elástico, estreito e maniqueizado.

---

<sup>17</sup> Pedro Teotónio Pereira, «A fascinação da Esfinge», in *Nação Portuguesa*, n.º 8, Fevereiro de 1923, p. 365.

## O HISPANISMO

O Quinto Império emerge, na mente de Sardinha, como o espaço transfigurado e lendário duma Hispânia forte, revitalizada, balsâmica e coesa, que conceberia novos mundos, novas civilizações à sua imagem. Trata-se, na realidade, de um messianismo profetista e imperial aquele que subjaz e se recria no âmago deste ideário: todo o messianismo é uma saudade de futuro num passado sem quando nem onde. Assim, a Hispânia de Sardinha afigura-se-me como uma utopia atemporal, embora deflagre num momento político específico: Primo de Rivera iniciava uma experiência nacionalista em Espanha que poderia envolver toda a Península no mesmo fôlego e entusiasmo. Estava-se em 1922. Breves são as notas, antes desta data, em que o autor de *A Aliança Peninsular* se espraia em considerações sobre uma política ibérica.

Acesas controvérsias desabrocharam no rescaldo da publicação dos escritos de Sardinha. Franco Nogueira (já em 1972) teria oportunidade de fazer ressurgir o Hispanismo, arrastando para a celeuma Rodrigues Cavalheiro e Pequito Rebelo. O primeiro censurava em Sardinha a atitude que conduziria «inevitavelmente, inexoravelmente, ao domínio, à absorção, à diluição de Portugal numa Península espanhola, e só espanhola»<sup>18</sup>.

Pequito Rebelo contra-argumentava que nunca a Aliança Peninsular poderia servir de pretexto a uma união política; apostava, pelo contrário, na autonomia de ambos os países.

O Hispanismo não se confinava a preencher o solo peninsular: a América Latina (com o Brasil incluído) e o Norte de África cobrem os limites territoriais *ab quo* esse «Império» se habilitaria. Três conceitos se revelam fundamentais neste entrecho: o de *Raça*, o de *Génio Peninsular* e o de *império*. A Raça não é um mero efeito discursivo no desenrolar duma fibra patriótica: Sardinha fornece dados acerca de índices cefálicos, aventura-se pelos domínios da antropologia — nem sempre com o rigor que se lhe imporia, no entender de alguns críticos (ver nota 11 desta exposição) —, reúne fontes que cruzam vagamente a biologia e a etnologia. Deste modo, abrangem-se polissemicamente o civilizacional — a feição exterior — e o orgânico — a feição interna.

Mas façamos, neste ponto, um breve parêntese: a Peninsularidade, enquanto espaço geográfico onde se inscrevem culturas e *ethos*, é um tema sobre o qual se discorreu e se reflectiu ao longo de Oitocentos e Novecentos. Ao tempo em que Sardinha propunha esse novo espaço vital (simultaneamente político e civilizador) chamado hispanidade, a Renascença Portuguesa delineara, sobre o assunto, uma posição. Ribera y Rovira, catalão, colaborador de *A Águia*, equacionava a Peninsularidade no xadrez hispânico, com Castela a assumir o papel centralizador e hegemónico perante as restantes expressões culturais (portuguesa e catalã), as quais tentavam reagir defensivamente. Era em prol das nacionalidades que se doutrinava: o «Génio Peninsular» da Renascença não coincide com o de Sardinha senão onomasticamente. Para este não existe um foco centralizador: Espanha e Portugal equilibram-se em harmonia de poderes. Composição mais privilegiada da latinidade, os dois povos matizam-se em missões complementares:

[...] na composição da Latinidade — como forma superior de cultura e vida internacional — entraram predominantemente dois agentes decisivos: o Catolicismo e o Hispanismo<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Franco Nogueira, «Resposta do Dr. Franco Nogueira a Herculano Marques da Costa», in *António Sardinha e o Iberismo. Acusação Contestada*, Lisboa, 1974, p. 76.

<sup>19</sup> António Sardinha, «O génio peninsular», in *A Lareira de Castela/Estudos Peninsulares*, Lisboa, Edições Gama, 1943, p. 151 (conferência proferida em 1922).



«Cruzada do mar.» «Cruzada da terra.» Vocação marítima, vocação terrestre: o olhar de Sardinha poisa alternativamente em Portugal e em Espanha.

A superioridade do génio hispânico emerge na distinção entre Pessoa e Indivíduo. O cosmopolitismo seria um efeito do primado do indivíduo; por sua vez, o universalismo representava o legado de São Tomás e do tomismo, agora retomados com um novo alento e fulgor.

De contradições e pontos discrepantes se não encontra isento o pensamento de António Sardinha. Senão vejamos: em 1915 alertava para o «perigo ibérico» nas conferências proferidas no âmbito da Liga Naval («O território e a Raça», in *A Questão Ibérica*); em 1922 ora se lhe opunha, ora o ignorava, chegando mesmo a proclamar:

[...] exactamente no período filipino é que nós influímos de tal forma no que constituía a essência da psicologia castelhana, que todo o século de ouro da literatura dos nossos vizinhos vibra cheio de Portugal e do mais enternecido lusitanismo <sup>20</sup>.

Perante estas afirmações, algumas dúvidas se instalavam no espírito de partidários. Afinal, como considerar a Espanha? Como encarar 1640 e a Restauração? Na realidade, uma raiz circunscrevia o hispanismo a uma cosmovisão: o antiliberalismo, o acirrado antianglicanismo, se quiser ser mais precisa. Tentativa de renascimento de um ocidentalismo cristão (ou, mais exactamente, católico), o Hispanismo reencontra um discurso antidecadentista que desde o Ultimato não soava por terras lusas. Em redor, uma República ferida de morte agonizava nos múltiplos golpes militares abortados, nos governos desfeitos, na onda de protestos e de desconfiança. Do lado de lá da fronteira tudo parecia diferente: o riverismo era um caminho possível. Sardinha sentia-o melhor do que ninguém.

---

<sup>20</sup> António Sardinha, «O génio peninsular», *op. cit.*, p. 158.